**CONTRATO PARA O FORNECIMENTO E MONTAGEM DE ESTRUTURAS DE MADEIRA
NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DA 19.ª MOSTRA REGIONAL DE BANANA**

ENTRE:

GESBA – Empresa de Gestão do Sector da Banana, Lda., com NIPC 511 278 241, com sede à Rua de Santa Rita, n.º 56, 9000-238, São Martinho, Funchal, com o capital social de 500.000,00€, representada neste ato pelo seu gerente [REDACTED], C.C. n.º [REDACTED], válido até 21/10/2020, qualidade e suficiência de poderes que decorrem da Certidão Permanente do Registo Comercial com o código de acesso 7143-5233-5844, subscrita em 31/08/2018 e válida até 30/11/2020, e da ata da Assembleia Geral número 49 de 31/07/2017, adiante, também, designada por **Primeiro Outorgante**. -----

E

Serração e Carpintaria da Calheta, Lda., com NIPC 511 049 200, com sede à Estrada Regional 222 – Estrada do Arco da Calheta, n.º 556, 9370-702 Arco da Calheta, representada neste ato pelos seus gerentes [REDACTED], C.C. n.º [REDACTED], válido até 16/11/2021 e [REDACTED], C.C. n.º [REDACTED], válido até 27/08/2019, qualidade e suficiência de poderes verificados pela Certidão de Registo Comercial com o código de acesso 5000-4740-7035, subscrita em 23/11/2018 e válida até 23/11/2019, adiante, também, designada por **Segundo Outorgante**. -----

Considerando que:

- a) A decisão de contratar foi tomada em reunião de gerência, datada de 09/07/2019, e encontra-se consignada na ata de reunião de gerência n.º 28/2019; -----
- b) A adjudicação e a aprovação da minuta do presente contrato foram efetuadas por decisão da gerência, datada 16/07/2019, e encontra-se consignada na ata de reunião de gerência n.º 29/2019; -----

- c) Não foi prestada caução por não ser exigível nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.
- d) A presente despesa está suficientemente orçamentada, encontrando-se prevista na Classe 6, Código 62 – Fornecimentos e Serviços Externos, Rúbrica 626 – Serviços Diversos, Subrúbrica 6266 – Despesas de representação, para o ano de 2019. -----

Entre o primeiro e o segundo contraentes é celebrado o presente contrato, na sequência do procedimento de ajuste direto denominado Gesba - 14/2019 fornecimento e montagem de estruturas em madeira no âmbito da realização da 19.ª Mostra Regional de Banana, o qual se regerá pelas cláusulas seguintes: -----

Cláusula Primeira

Objeto

O presente contrato tem por objeto principal o fornecimento e montagem/desmontagem de estruturas em madeira no âmbito da realização da 19.ª Mostra Regional de Banana, que irá realizar entre os dias 19 e 21 de julho de 2019, na Freguesia da Madalena do Mar. -----

Cláusula Segunda

Prazo

O presente contrato terá a duração de **15 dias**. -----

Cláusula Terceira

Obrigações principais do segundo outorgante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no convite, no caderno de encargos e na proposta adjudicada ou nas cláusulas contratuais da celebração do presente contrato, decorrem para o fornecedor a obrigação de fornecer e montar/desmontar estruturas em madeira no âmbito da realização da 19.ª Mostra Regional de Banana, a se realizar na Promenade da Madalena do Mar entre os dias 19 e 21 de julho de 2019, montando e instalando os seguintes equipamentos em madeira. -----

- i. Fornecimento e montagem de um alpendre para a exposição dos cachos com 2,90m x 20 m x 6 m (LxCxA);
 - ii. 16 pilares em casquinha branca 2,70m x 14cm x 11 cm;
 - iii. 8 vigas 6m x 21cm x 7cm;
 - iv. 14 vigas 2,78 m x 21cm x 7cm
 - v. 35 vigas 2,78 m x 21cm x 7cm
 - vi. 120 m² de chapa de cofragem;
 - vii. 60 suportes para expor cachos de banana;
 - viii. 100 suportes de para a fixação de vigas;
 - ix. Montagem 75 metros lineares de bancos com paletes;
 - x. Montagem 38 metros de bancos com costas utilizando paletes;
 - xi. Fornecimento de platex;
 - xii. Colocação de folha de bananeira e rede no expositor;
 - xiii. Montar dois portões de entrada na Mostra;
 - xiv. Aplicação de verniz;
 - xv. Desmontagem de todos os equipamentos após o encerramento da mostra.
2. A montagem deverá estar integralmente concluída até às 18 horas do dia 19/07/2019, devendo a desmontagem ser efetuada num prazo máximo de 7 dias a contar do fim da Mostra Regional de Banana. -----

Cláusula Quarta

Forma de Fornecimento

O fornecimento dos bens e serviços objeto do presente contrato deverão ser deverão ser prestados na Promenade da Madalena do Mar localizada no Sítio da Banda de Além. -----

Cláusula Quinta

Dever de sigilo

A segunda outorgante garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da primeira outorgante. -----

Cláusula Sexta

Preço contratual

Pela aquisição dos bens e serviços, objeto do presente contrato, a primeira outorgante, obriga-se a pagar à segunda outorgante preço total de **17.340,00€** -----

Cláusula Sétima

Condições de pagamento

A quantia devida pela primeira outorgante, nos termos da cláusula anterior, serão pagas em conformidade com a respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o fornecimento dos bens e serviços e respetiva desmontagem, devidamente rececionada e no prazo máximo de 60 dias, em cheque ou transferência bancária à ordem da segunda outorgante. -----

Cláusula Oitava

Penalidades contratuais

1. Sem prejuízo do direito à resolução pelo incumprimento do previsto nas cláusulas primeira e terceira do presente contrato, a primeira outorgante poderá exigir da segunda outorgante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, até 10% do preço contratual por cada dia de atraso. -----
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento da segunda outorgante, a primeira outorgante pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do preço contratual. -----
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a primeira outorgante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa da segunda outorgante e as consequências do incumprimento. -----
4. A primeira outorgante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula. -----
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a primeira outorgante exija uma indemnização pelo dano excedente. -----

Cláusula Nona

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades à segunda outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitam a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar. -----

2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas. -----

3. Não constituem força maior, designadamente: -----
 - a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedade da segunda outorgante ou a grupos de sociedades em que este se integre; -----
 - b) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo segundo outorgante de deveres ou ónus que sobre ela recaiam; -----
 - c) Manifestações populares devidas ao incumprimento da segunda outorgante de normas legais; -----
 - d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações da segunda outorgante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança; -----
 - e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos da segunda outorgante não devidas a sabotagem; -----
 - f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros. -----

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicadas à outra parte. -----

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior. -----

Cláusula Décima

Resolução por parte da primeira outorgante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a primeira outorgante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de a segunda outorgante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, pelo atraso ou deficiência no fornecimento dos serviços objeto do presente procedimento. -----
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada à segunda outorgante e não determina a repetição das prestações já realizadas. -----

Cláusula Décima Primeira

Resolução por parte do segundo outorgante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a segunda outorgante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros; -----
2. Sem prejuízo do previsto no n.º 3, o direito de resolução é exercido por via judicial. -----
3. No caso previsto na segunda parte do n.º 1 supra, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à primeira outorgante que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidos de juros de mora a que houver lugar. -----

Cláusula Décima Segunda

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação por parte da segunda outorgante e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos. -----

Cláusula Décima Terceira

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para a sede contratual de cada uma, identificada no presente contrato. -----
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte. -----

Cláusula Décima Quarta

Prevalência

1. Fazem parte integrante do contrato, o convite e a proposta do adjudicatário. -----
2. Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do contrato e seguidamente a proposta do adjudicatário. -----

Cláusula Décima Quinta

Proteção de Dados

1. No desenvolvimento de quaisquer atividades relacionadas com a execução do Contrato a celebrar, as partes observam escrupulosamente o regime legal da proteção de dados pessoais, empenhando-se em proceder a todo o tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário ao desenvolvimento do Contrato no estrito e rigoroso cumprimento da Lei. -----
2. Ao abrigo do disposto no número anterior, as partes obrigam-se, nomeadamente: -----
 - a) Tratar e usar os dados pessoais nos termos legalmente permitidos, em especial recolhendo, registando, organizando, conservando, consultando ou transmitindo os mesmos, apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento inequívoco ou nos restantes legalmente previstos;
 - b) Tratar os dados de modo compatível com as finalidades para os quais tenham sido recolhidos;
 - c) Conservar os dados apenas durante o período necessário à prossecução das finalidades da recolha ou do tratamento posterior, garantindo a sua confidencialidade;
 - d) Implementar as medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados

contra a destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;

- e) Informar imediatamente a outra parte, devendo prestar toda a colaboração necessária a qualquer investigação que venha a ser realizada, caso exista alguma quebra de segurança, ou suspeita da mesma, independentemente de colocar ou não em causa a segurança e integridade dos Dados Pessoais;
- f) Garantir o exercício, pelos titulares, dos respetivos direitos de informação, acesso e oposição;
- g) Assegurar que os respetivos colaboradores ou os prestadores de serviços externos por si contratados e que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumprem as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respetivos titulares ou, se aplicável, ser o seu processamento objeto de notificação ou de pedido de autorização à Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Cláusula Décima Sexta

Gestor do Contrato

Em conformidade com o disposto no artigo 290.º - A do CCP, a primeira outorgante designa como gestor do presente contrato o colaborador Agostinho Miguel Abreu Serrão, com domicílio profissional à Rua de Santa Rita, n.º 56, 9000-238 Funchal. -----

Cláusula Décima Sétima

(Anexos)

1. Fazem parte integrante do presente contrato, dando-se, por isso, como integralmente transcritos e passam a fazer parte integrante deste documento, como se do mesmo constassem, os seguintes documentos: -----

- a) O Processo de ajuste direto denominado Gesba - 14/2019 fornecimento e montagem de estruturas em madeira no âmbito da realização da 19.ª Mostra Regional de Banana, onde se inclui designadamente: o convite, o caderno de encargos e respetivos anexos, e todas

as comunicações e notificações; -----

b) A proposta adjudicada na sua globalidade. -----

2. Os documentos referidos no número anterior encontram-se arquivados no respetivo Processo Administrativo, bem como na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante www.acingov.pt -----

Feito e assinado aos 18 dias do mês julho do ano dois mil e dezanove, em dois exemplares, ficando um em poder da primeira outorgante e outro da segunda outorgante. Lido e achado conforme, vai o presente contrato ser assinado, pelas partes outorgantes. -----

O Primeiro Outorgante

GESBA – Empresa de Gestão do Sector da
Banana, Lda.

(████████████████████)

O Segundo Outorgante

Serração e Carpintaria da Calheta, Lda.

(████████████████████)

(████████████████████)

**CONTRATO PARA O FORNECIMENTO E MONTAGEM DE ESTRUTURAS DE MADEIRA
NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DA 19.ª MOSTRA REGIONAL DE BANANA**

ENTRE:

GESBA – Empresa de Gestão do Sector da Banana, Lda., com NIPC 511 278 241, com sede à Rua de Santa Rita, n.º 56, 9000-238, São Martinho, Funchal, com o capital social de 500.000,00€, representada neste ato pelo seu gerente [REDACTED], C.C. n.º [REDACTED], válido até 21/10/2020, qualidade e suficiência de poderes que decorrem da Certidão Permanente do Registo Comercial com o código de acesso 7143-5233-5844, subscrita em 31/08/2018 e válida até 30/11/2020, e da ata da Assembleia Geral número 49 de 31/07/2017, adiante, também, designada por **Primeiro Outorgante**. -----

E

Serração e Carpintaria da Calheta, Lda., com NIPC 511 049 200, com sede à Estrada Regional 222 – Estrada do Arco da Calheta, n.º 556, 9370-702 Arco da Calheta, representada neste ato pelos seus gerentes [REDACTED], C.C. n.º [REDACTED], válido até 16/11/2021 e [REDACTED], C.C. n.º [REDACTED], válido até 27/08/2019, qualidade e suficiência de poderes verificados pela Certidão de Registo Comercial com o código de acesso 5000-4740-7035, subscrita em 23/11/2018 e válida até 23/11/2019, adiante, também, designada por **Segundo Outorgante**. -----

Considerando que:

- a) A decisão de contratar foi tomada em reunião de gerência, datada de 09/07/2019, e encontra-se consignada na ata de reunião de gerência n.º 28/2019; -----
- b) A adjudicação e a aprovação da minuta do presente contrato foram efetuadas por decisão da gerência, datada 16/07/2019, e encontra-se consignada na ata de reunião de gerência n.º 29/2019; -----

- c) Não foi prestada caução por não ser exigível nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.
- d) A presente despesa está suficientemente orçamentada, encontrando-se prevista na Classe 6, Código 62 – Fornecimentos e Serviços Externos, Rúbrica 626 – Serviços Diversos, Subrúbrica 6266 – Despesas de representação, para o ano de 2019. -----

Entre o primeiro e o segundo contraentes é celebrado o presente contrato, na sequência do procedimento de ajuste direto denominado Gesba - 14/2019 fornecimento e montagem de estruturas em madeira no âmbito da realização da 19.ª Mostra Regional de Banana, o qual se regerá pelas cláusulas seguintes: -----

Cláusula Primeira

Objeto

O presente contrato tem por objeto principal o fornecimento e montagem/desmontagem de estruturas em madeira no âmbito da realização da 19.ª Mostra Regional de Banana, que irá realizar entre os dias 19 e 21 de julho de 2019, na Freguesia da Madalena do Mar. -----

Cláusula Segunda

Prazo

O presente contrato terá a duração de **15 dias**. -----

Cláusula Terceira

Obrigações principais do segundo outorgante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no convite, no caderno de encargos e na proposta adjudicada ou nas cláusulas contratuais da celebração do presente contrato, decorrem para o fornecedor a obrigação de fornecer e montar/desmontar estruturas em madeira no âmbito da realização da 19.ª Mostra Regional de Banana, a se realizar na Promenade da Madalena do Mar entre os dias 19 e 21 de julho de 2019, montando e instalando os seguintes equipamentos em madeira. -----

- i. Fornecimento e montagem de um alpendre para a exposição dos cachos com 2,90m x 20 m x 6 m (LxCxA);
 - ii. 16 pilares em casquinha branca 2,70m x 14cm x 11 cm;
 - iii. 8 vigas 6m x 21cm x 7cm;
 - iv. 14 vigas 2,78 m x 21cm x 7cm
 - v. 35 vigas 2,78 m x 21cm x 7cm
 - vi. 120 m² de chapa de cofragem;
 - vii. 60 suportes para expor cachos de banana;
 - viii. 100 suportes de para a fixação de vigas;
 - ix. Montagem 75 metros lineares de bancos com paletes;
 - x. Montagem 38 metros de bancos com costas utilizando paletes;
 - xi. Fornecimento de platex;
 - xii. Colocação de folha de bananeira e rede no expositor;
 - xiii. Montar dois portões de entrada na Mostra;
 - xiv. Aplicação de verniz;
 - xv. Desmontagem de todos os equipamentos após o encerramento da mostra.
2. A montagem deverá estar integralmente concluída até às 18 horas do dia 19/07/2019, devendo a desmontagem ser efetuada num prazo máximo de 7 dias a contar do fim da Mostra Regional de Banana. -----

Cláusula Quarta

Forma de Fornecimento

O fornecimento dos bens e serviços objeto do presente contrato deverão ser deverão ser prestados na Promenade da Madalena do Mar localizada no Sítio da Banda de Além. -----

Cláusula Quinta

Dever de sigilo

A segunda outorgante garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da primeira outorgante. -----

Cláusula Sexta

Preço contratual

Pela aquisição dos bens e serviços, objeto do presente contrato, a primeira outorgante, obriga-se a pagar à segunda outorgante preço total de **17.340,00€** -----

Cláusula Sétima

Condições de pagamento

A quantia devida pela primeira outorgante, nos termos da cláusula anterior, serão pagas em conformidade com a respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o fornecimento dos bens e serviços e respetiva desmontagem, devidamente rececionada e no prazo máximo de 60 dias, em cheque ou transferência bancária à ordem da segunda outorgante. -----

Cláusula Oitava

Penalidades contratuais

1. Sem prejuízo do direito à resolução pelo incumprimento do previsto nas cláusulas primeira e terceira do presente contrato, a primeira outorgante poderá exigir da segunda outorgante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, até 10% do preço contratual por cada dia de atraso. -----
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento da segunda outorgante, a primeira outorgante pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do preço contratual. -----
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a primeira outorgante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa da segunda outorgante e as consequências do incumprimento. -----
4. A primeira outorgante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula. -----
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a primeira outorgante exija uma indemnização pelo dano excedente. -----

Cláusula Nona

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades à segunda outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitam a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar. -----

2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas. -----

3. Não constituem força maior, designadamente: -----
 - a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedade da segunda outorgante ou a grupos de sociedades em que este se integre; -----
 - b) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo segundo outorgante de deveres ou ónus que sobre ela recaiam; -----
 - c) Manifestações populares devidas ao incumprimento da segunda outorgante de normas legais; -----
 - d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações da segunda outorgante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança; -----
 - e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos da segunda outorgante não devidas a sabotagem; -----
 - f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros. -----

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicadas à outra parte. -----

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior. -----

Cláusula Décima

Resolução por parte da primeira outorgante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a primeira outorgante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de a segunda outorgante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, pelo atraso ou deficiência no fornecimento dos serviços objeto do presente procedimento. -----
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada à segunda outorgante e não determina a repetição das prestações já realizadas. -----

Cláusula Décima Primeira

Resolução por parte do segundo outorgante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a segunda outorgante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros; -----
2. Sem prejuízo do previsto no n.º 3, o direito de resolução é exercido por via judicial. -----
3. No caso previsto na segunda parte do n.º 1 supra, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à primeira outorgante que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidos de juros de mora a que houver lugar. -----

Cláusula Décima Segunda

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação por parte da segunda outorgante e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos. -----

Cláusula Décima Terceira
Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para a sede contratual de cada uma, identificada no presente contrato. -----
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte. -----

Cláusula Décima Quarta

Prevalência

1. Fazem parte integrante do contrato, o convite e a proposta do adjudicatário. -----
2. Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do contrato e seguidamente a proposta do adjudicatário. -----

Cláusula Décima Quinta

Proteção de Dados

1. No desenvolvimento de quaisquer atividades relacionadas com a execução do Contrato a celebrar, as partes observam escrupulosamente o regime legal da proteção de dados pessoais, empenhando-se em proceder a todo o tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário ao desenvolvimento do Contrato no estrito e rigoroso cumprimento da Lei. -----
2. Ao abrigo do disposto no número anterior, as partes obrigam-se, nomeadamente: -----
 - a) Tratar e usar os dados pessoais nos termos legalmente permitidos, em especial recolhendo, registando, organizando, conservando, consultando ou transmitindo os mesmos, apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento inequívoco ou nos restantes legalmente previstos;
 - b) Tratar os dados de modo compatível com as finalidades para os quais tenham sido recolhidos;
 - c) Conservar os dados apenas durante o período necessário à prossecução das finalidades da recolha ou do tratamento posterior, garantindo a sua confidencialidade;
 - d) Implementar as medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados

contra a destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;

- e) Informar imediatamente a outra parte, devendo prestar toda a colaboração necessária a qualquer investigação que venha a ser realizada, caso exista alguma quebra de segurança, ou suspeita da mesma, independentemente de colocar ou não em causa a segurança e integridade dos Dados Pessoais;
- f) Garantir o exercício, pelos titulares, dos respetivos direitos de informação, acesso e oposição;
- g) Assegurar que os respetivos colaboradores ou os prestadores de serviços externos por si contratados e que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumprem as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respetivos titulares ou, se aplicável, ser o seu processamento objeto de notificação ou de pedido de autorização à Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Cláusula Décima Sexta

Gestor do Contrato

Em conformidade com o disposto no artigo 290.º - A do CCP, a primeira outorgante designa como gestor do presente contrato o colaborador Agostinho Miguel Abreu Serrão, com domicílio profissional à Rua de Santa Rita, n.º 56, 9000-238 Funchal. -----

Cláusula Décima Sétima

(Anexos)

1. Fazem parte integrante do presente contrato, dando-se, por isso, como integralmente transcritos e passam a fazer parte integrante deste documento, como se do mesmo constassem, os seguintes documentos: -----

- a) O Processo de ajuste direto denominado Gesba - 14/2019 fornecimento e montagem de estruturas em madeira no âmbito da realização da 19.ª Mostra Regional de Banana, onde se inclui designadamente: o convite, o caderno de encargos e respetivos anexos, e todas

as comunicações e notificações; -----

b) A proposta adjudicada na sua globalidade. -----

2. Os documentos referidos no número anterior encontram-se arquivados no respetivo Processo Administrativo, bem como na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante www.acingov.pt -----

Feito e assinado aos 18 dias do mês julho do ano dois mil e dezanove, em dois exemplares, ficando um em poder da primeira outorgante e outro da segunda outorgante. Lido e achado conforme, vai o presente contrato ser assinado, pelas partes outorgantes. -----

O Primeiro Outorgante

GESBA – Empresa de Gestão do Sector da
Banana, Lda.

([Redacted Signature])

O Segundo Outorgante

Serração e Carpintaria da Calheta, Lda.

([Redacted Signature])

([Redacted Signature])